

A *Action Française* e sua transição da monarquia orgânica para o colaboracionismo de Vichy (1908-1940)

Action Française and its transition from organic monarchy to Vichy collaborationism (1908-1940)

Felipe Cazetta¹

felipecazetta@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-2110-7531>

Resumo: Os movimentos conservadores têm como norteadores o pragmatismo ditado pela tradição nacional e o percurso estabelecido do passado ao presente. No caso da *Action Française* houve a afirmação destes valores firmados na monarquia orgânica, ou seja, no corporativismo estabelecido na família como base da sociedade, e no rei como ponto centralizador de forças políticas. Assim, consolidava-se seu projeto entre o final dos anos 1890 e primeiros anos do século XX. Todavia, por ser movimento longo, sua configuração doutrinária passou por alteração sob a necessidade de atualização e coerência aos problemas contemporâneos. Deste modo, é proposta do artigo analisar as bases doutrinárias do movimento e a recepção da *Action Française* dos primeiros anos do século XX à ascensão do fascismo. Para tanto, se utilizará como fonte o periódico homônimo ao movimento, de vigência entre os anos de 1908 e 1944, no intuito de perceber as alterações e permanências sofridas pela *Action Française* no processo de fascização e as tensões entre a atualização doutrinária e seus aspectos originais.

Palavras-chave: Action Française, conservadorismo, fascismo.

Abstract: The conservative movements are guided by the pragmatism dictated by the national tradition and the path established from the past to the present. In the case of *Action Française*, these values were affirmed in the organic monarchy, that is, in the corporatism established in the family as the basis of society, and in the king as the central point of political forces. Thus, its project was consolidated between the late 1890s and early years of 20th century. However, as it was a long-lived movement, its doctrinal configuration underwent changes under the need to update and keep coherent with contemporary problems. Thus, the article proposes to analyze the doctrinal bases of the movement and the reception of *Action Française* from the first years of the 20th century to the rise of fascism. For this purpose, will use as a source the periodical with the same name as the movement between 1908 and 1944 in order to perceive the changes and continuities experienced by the *Action Française* in its fascistization process and the tensions between the doctrinal update and its original aspects.

Keywords: Action Française, conservatism, fascism.

¹ Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros, Campus São Francisco.

Introdução

O conceito de *intellectual* é originário do final do século XIX na França, sendo aplicado, de início, de maneira insultuosa e provocativa a um determinado grupo, por estar vinculado tão somente aos pensadores posicionados à esquerda no espectro ideológico (Silva, 2002, p. 15). O Caso Dreyfus foi o parteiro dos intelectuais com sua definição contemporânea, ou seja, detentores de reconhecimento pela comunidade, quando, uma vez fora do domínio erudito e/ou acadêmico, passam a tomar parte no debate público (Dosse, 2007, p. 66-67). Os principais veículos de mediação entre suas ideias e posições e a arena de embates políticos são as revistas e os periódicos. Estes desempenham papel de suportes de registro de projetos, concepções e divulgação de correntes ideológicas e exercem por isso, igualmente, função de definidores de espaços de sociabilidade por possibilitarem intercâmbio constante, através de debates, respostas, réplicas, entre outras estratégias de diálogo possíveis.

O Caso Dreyfus, citado acima como fato deflagrador do significado contemporâneo de *intellectual*, consistiu no julgamento do oficial francês de origem judaica Alfred Dreyfus, acusado injustamente de espionagem e venda de segredos militares à Alemanha. Ampliando o significado do incidente, o julgamento tomou forma de embate entre a justiça realizada de forma plena e imparcial e o nacionalismo revestido pelo antissemitismo (Sirinelli, 1990, p. 37). Tal debate cívico evidenciou as divisões políticas inerentes aos eruditos e pensadores. Destes choques, como plataforma de defesa do nacionalismo e abertamente anti-Dreyfus, foi criada a Liga da Pátria Francesa, oposta à Liga dos Direitos do Homem. A primeira funcionou como antecâmara da *Action Française* por reunir alguns dos futuros membros do movimento liderado por Charles Maurras, tal como é o caso de Henri Vaugois (Weber, 1985, p. 34), fundador do periódico *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, diário e em operação entre os anos de 1908 e 1944.

Deste modo, elementos da *cultura política* nacionalista e autoritária da França do final do XIX forneceram contribuições para a consolidação do edifício teórico-doutrinário da *Action Française*. Para o conceito de Serge Berstein (1998, p. 350-351), entende-se a cultura política como “[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama.” Como observa o autor, via de regra, essas culturas apresentam fundamentos teóricos,

mas também se expressam em vulgatas acessíveis a um maior número de integrantes. Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21) propõe uma definição semelhante ao autor francês. Para Motta, as culturas políticas se constituem de “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

Ao aplicar o conceito, entende-se que a *Action Française*, surgida em 1899, se revestiu da crença conservadora, assumindo-se como responsável pela elevação cultural e baluarte da expansão da Pátria Francesa. Tal meta seria atingida somente com o retorno à vida política honesta conforme crença de seus integrantes. Para tanto, considerando seus desdobramentos, sua configuração política e projeto de Estado se estabilizaram sobre as bases da monarquia orgânica, tradicional, hereditária, antiparlamentar, politicamente centralizada e administrativamente descentralizada (Maurras, 1925, p. 169). O Caso Dreyfus forneceu sua contribuição ao repertório nacionalista e antissemita do movimento, que também possuía como propósito o combate ao liberalismo econômico e político, por acreditar que este exercia uma ação corrosiva sobre o tecido histórico nacional da França.

Como alternativa, investiam em um modelo corporativo inspirado no feudalismo francês, todavia sem o propósito de regressividade ou reprodução do passado. Havia, portanto, a construção de um revisionismo histórico que fornecia o mito mobilizador (no sentido soreliano) e inspirador para a inserção do nacionalismo e do antissemitismo em projeto monárquico. Diante desta elaboração mítica, houve a formação, dentro do movimento, de perfis que se mesclavam entre o elitismo e as bases capazes de mobilização popular (Cavaletto, 2013, p. 13). O elitismo era confirmado pela proposta de monarquia hereditária, e antidemocrática, no intuito de retirar a França da “anarquia cosmopolita que remete aos estrangeiros de nascimento ou de coração, que governam a França, [...]” (*L'Action Française*, 1908, p. 1.; tradução livre²). Por outro lado, a hierarquização, as propostas corporativistas, o nacionalismo associado ao antissemitismo e a concepção de um Estado forte faziam que a *Action Française* fosse, nas palavras de René Rémond (1999, p. 177), “terreno favorável ao fascismo”.

Tais aspectos levaram alguns autores a compreenderem que a sementeira do fascismo foi germinada na França do final do século XIX, e não na Itália do período entreguerras. Sternhell (1978, p. 204; 208) acusa como

¹ “Nous combattons, [...], cette anarchie cosmopolite, qui remet à des étrangers de naissance ou de cœur le gouvernement de la France, [...]”

elementos formadores do fascismo as alianças entre o populismo boulangista e o antisemitismo do século XIX, assim como o socialismo nacional de Maurice Barrès. Destas correntes e movimentos seriam retiradas as fórmulas de centralização do Estado e uso da opinião pública de forma massificada para benefício e interesse de grupo organizado, características encontradas na Itália e Alemanha fascistas. Nessa interpretação, passível de críticas e apontamentos diante do risco de teleologismo (Traverso, *in* Quadrat & Rollemberg, 2015, p. 24), a República de Vichy seria uma consequência do caldeamento ideológico de extrema-direita dos anos 1890. A III República, nestas análises, não passaria de um arco intermediário, unindo as duas pontas.

Diante dos aspectos levantados e das interpretações possíveis através das análises documentais, é objetivo deste artigo apresentar a trajetória da *Action Française* do conservadorismo à fascização. Opta-se pela utilização de fascização e não fascismo, por compreender a posição de adesão e simpatia ora distante, ora efusiva, mas não a conversão ideológica completa de integrantes do movimento de Charles Maurras, de forma majoritária. Como suporte, serão utilizados os números da *Action Française: organe du nationalisme integral* referentes aos anos de 1908, 1922, 1933 e 1940.

O ano de 1908 será utilizado para detecção do perfil ideológico e político da formação do movimento, sem a participação das concepções extremistas difundidas no entre guerras. Assim, se poderão mapear as posições inerentes à *Action Française* e apontar contrastes, tensões e permanências ao longo das séries propostas. A fundação dos *Fasci di combattimento*, em 1919, foi ignorada pelo órgão de informação do movimento de Charles Maurras, que dedicou maiores preocupações ao fôlego revolucionário das experiências socialistas dos países da Europa central. Esta frieza na recepção do surgimento do fascismo enquanto grupo, porém, não se repete em 1922, dando lugar ao entusiasmo na cobertura da Marcha sobre Roma.

A emergência de Hitler é interessante para mapear as diferenças de simpatia entre o fascismo italiano e o alemão, em vista do notório antigermanismo da *Action Française*. Sentimento este que se alterou para o conformismo e apoio ao Marechal Pétain³ durante a invasão nazista da França e o regime colaboracionista instaurado. Obviamente, considera-se nas análises as alterações geracionais, não redutíveis à questão biológica. O pertencimento geracional refere-se a marcos cruciais na travessia de amadurecimento que influenciam a visão de mundo e o desenvolvimento das concepções intelectuais

dos indivíduos, tais como acontecimentos traumáticos, por exemplo (Dosse, 2007, p. 47).

Action Française em 1908 e seus projetos conservadores

Conforme citado, a partir da premissa nacionalista, sustentada pelo antisemitismo e pela xenofobia incitados pelo julgamento do Caso Dreyfus, a *Action Française* teve projeto político calcado nas tradições históricas da França, ou seja, no passado medieval, quando, segundo esta proposta, o corporativismo sobrepujava o individualismo. Deste modo, o movimento buscava a essência nacional, afastada das “corrupções” vindas do exterior. Necessário é sublinhar que estas narrativas eram projeções ou representações de um passado ficcional, que mais eram coincidentes com os projetos políticos de um Estado desejado que baseados em uma realidade histórica de fato.

Deste modo, desejavam o Estado centralizado, sob premissas hierárquicas através da hereditariedade, e um modelo moral e institucional revestido pelo cristianismo de viés autoritário. A partir do conservadorismo e firmados no catolicismo, desenvolveu-se a alternativa ao liberalismo que, segundo Maurras, era a porta de entrada para a barbárie estrangeira. Para seu principal mentor, “o espírito democrático é protestante ou judeu, ele é semita ou germânico, ele não vem de nós” (Maurras, 1916, p. 124).

Dado o antigermanismo presente na *Action Française*, seus membros situavam a origem do liberalismo nas pregações luteranas, em vista da quebra do monopólio da Igreja sobre as Sagradas Escrituras pelo pregador de Wittenberg, e pela reivindicação do direito de todos lerem a Bíblia. Ao serem levadas para o campo político, tais pregações de Lutero, segundo Maurras, seriam convertidas no individualismo existente na democracia liberal. Assim, estabeleciam-se os vínculos entre o protestantismo, o pensamento de Jean-Jacques Rousseau e as correntes políticas e intelectuais presentes na Revolução Francesa.

A aversão à Alemanha e aos alemães pelos membros da *Action Française* é explicada pelas questões diplomáticas que envolviam aquele país e a França nas últimas décadas do século XIX. A derrota na guerra Franco-Prussiana de 1870 e, como desdobramento, a Comuna de Paris; a ameaça econômica e bélica imposta pelo crescimento industrial do novo Estado; assim como a política expansionista e o dirigismo estatal do modelo de Bismarck, preocupavam os conservadores franceses, ao examinarem o modelo político liberal da III

³ Pétain (1856-1951) foi um herói nacional durante a I Guerra Mundial, recebendo a alcunha de “Leão de Verdun”. Deste modo, no momento de colapso da III República, em decorrência da invasão nazista, os nacionalismos foram polarizados entre Charles de Gaulle – general que incitava à resistência diante da invasão e divisão territorial – e o marechal Pétain, representante do esforço de reorganização do Estado francês e centralização institucional, através do colaboracionismo ao regime nazista.

República Francesa. Considerando a hegemonia continental abalada, a humilhação imposta pela derrota no conflito de 1870 e a instabilidade política gerada pela Comuna de Paris, abrindo as chagas mal cicatrizadas da Revolução de 1789, os contrarrevolucionários da *Action Française* conduziram suas teorias e doutrinas ao nacionalismo xenofóbico e tradicionalista. No passado mitificado pela *Action Française*, haveria o predomínio da família sobre o indivíduo. Nesta reconstituição, as contradições entre capital e trabalho seriam amortecidas pelas corporações de ofício.

Tais propostas flertam com o conservadorismo monárquico autoritário, todavia, se aproximam, embora com maior timidez, de elementos do sindicalismo, através das propostas de organização corporativa. Isso se explica pela trajetória de seus membros. Maurice Pujo, redator chefe do periódico *Action Française: organe du nationalisme integral* ao longo de suas mais de três décadas de existência, transitou por círculos de esquerda nos finais do século XIX, assim como Henri Vaugeois, fundador do periódico. Léon Daudet, por sua vez, diretor político (tarefa posteriormente dividida com Charles Maurras), vinculava-se às sociedades aristocráticas (Cavaletto, 2013, p. 6). A migração do movimento para o projeto monárquico se fez com a inserção de Maurras, em busca de modernizar as bases realistas, associando-as ao nacionalismo.

Este processo atualizou a forma de representação do Estado de Antigo Regime, que entendia a autoridade como estabelecida e legitimada sobre o direito divino. Na estrutura implementada por Maurras, o rei seria mantido, porém sua autoridade seria representada pelo direito natural, associado ao vínculo hereditário com a Nação. Deste modo, o entendimento de povo também foi redefinido como elemento biológico e cultural. A partir daí, foi possível alimentar o nacionalismo através do antissemitismo. Em períodos de tranquilidade, a solução para o elemento judeu foi igualmente moderada, buscando dissociar o ódio ao povo semita, em 1930 por exemplo, do praticado pelo nacional-socialismo (Joly, 2012-14, p. 109). Assim, a *Action Française* conseguiu conjugar de maneira bem-sucedida o radicalismo popular existente no nacionalismo antissemita que a revestia com o culto do monarquismo conservador (Weber, 1985, p. 42). Todavia (ou, por isso), a *Action Française* não deve ser interpretada como movimento fascista *avant la lettre*.

O conservadorismo é tomado pelo pragmatismo, diante da rejeição à abstração das utopias revolucionárias e à ideia de progresso como marcha linear, marcas do Iluminismo e da Revolução Francesa. Deste modo, o passado e a tradição histórica passam a ser os fiadores da ação futura ou, nas palavras de Robert Nisbet (1987, p. 41-42), “um vasto e maravilhoso laboratório para o estudo dos êxitos e dos insucessos na longa história do homem”.

Logo, o pensamento conservador e, portanto, sua ação são voltados à busca no passado de modelo para a construção, planejamento e orientação políticas.

A partir do conservadorismo o Estado tem seus alicerces fincados na tradição, de modo a inviabilizar modelos genéricos e abstratos de aplicação (tal como o liberalismo ou o socialismo), justamente por suas bases serem estabelecidas no passado nacional. Estes elementos eram encontrados e nutridos pelos integrantes da *Action Française* no intuito de atrair novos membros e estabelecer alternativas políticas ao liberalismo, repudiar a suposta ameaça do complô judaico e distanciar o país do risco socialista.

Para transmitir suas mensagens, a *Action Française* lançava mãos de diversas estratégias editoriais, distribuídas entre livros autorais de seus membros, revistas e jornais de periodicidades diversas. O *Action Française: organe du nationalisme integral* oferece possibilidade de análises variadas em vista de sua longevidade, iniciando atividades em 1908 e encerrando somente ao fim da II Guerra Mundial. Diante disso, carrega as transformações sofridas pelo movimento.

Com exceção dos períodos compreendidos pelas duas Grandes Guerras Mundiais, quando seus números sofreram reduções, o periódico possuía de três a quatro páginas, sendo a página inicial utilizada para discorrer sobre questões doutrinárias e projetos políticos, associados às questões institucionais da França no contexto. Tal temática se distribuía ora livremente, com assinatura do autor, ora na coluna “*Dernière Heure*”.

Nesta última, por vezes, os textos eram apresentados sem assinatura, com um pseudônimo (Rivarol, codinome utilizado por Daudet; Agathon, apelido lançado por Henri Massis; etc), ou, em outros casos, com assinatura do membro/autor. A página seguinte era dedicada a assuntos internacionais, como, por exemplo, na coluna “*Étranger*”, sem um padrão de identificação de autoria. Era esta página também destinada à *Ligue d’Action Française*, com informes de reuniões, festividades ou contribuições. As últimas páginas do periódico eram reservadas às atividades culturais/artísticas, esportivas e à publicidade dos patrocinadores. Sob esta configuração, o periódico homônimo ao movimento pode irradiar os aspectos doutrinários e os projetos políticos desejados pelos membros d’*Action Française*.

O movimento defendia a sociedade possuidora de seu núcleo indivisível situado na família, obediente aos valores morais estabelecidos pela religião católica. Deste modo, através de um escalonamento progressivo, o Estado seria o reflexo da família. Ficava evidente a oposição ao individualismo liberal e ao Estado laico.

Portanto, sustentava no final dos anos 1900 proposta de centralização de Estado, antirrepublicano, autoritário, representado na monarquia orgânica e em uma sociedade corporativista. Coerente com tais ideias,

Daudet sustentou ser “ainda necessário que a sociedade obedeça regras morais, formadas sobre o ideal religioso, como as avenidas que conduzem a um mesmo centro. A nacionalidade depende da família, e a família está associada ao Estado”⁴ (Daudet, 1908, p. 1; tradução livre). Estado e religião, tal como no Antigo Regime, seriam os revestimentos formadores da família, e esta, segundo concepção corporativista, seria componente fundamental do Estado. Em vista de ter sido a República, com destaque ao período da Revolução Francesa, a responsável pela institucionalização do divórcio, esta seria avessa às bases da família. Para Daudet, e os demais membros da *Action Française*, somente a monarquia seria a representante verdadeira da nação francesa, fornecendo, através da hereditariedade, a coesão das famílias e da sociedade.

A democracia e o liberalismo trabalhariam contra a unidade interna, não somente da França, como dos países vizinhos. Charles Maurras afirmava que entre os anos 1789 e 1860 tinha se dado a vaga regressiva das monarquias, sucedidas pelas democracias. Todavia, segundo ele mesmo, de 1860 a 1905 o movimento se inverte, com regimes organizados em torno da disciplina (Maurras, 1908, p. 1). Deste modo, caso a França se mantivesse sob o modelo democrático, sofreria os efeitos solventes da desagregação promovida pelas disputas partidárias. Por isso, a democracia era vista como balcão de negócios e espaço de intrigas e comércio de influências internacionais (ora judaicas, ora germânicas) dentre as narrativas conspiratórias existentes no bojo da *Action Française*. Para retirar a França desse processo de crise e solvência, Maurras apontava o caminho do nacionalismo, estruturado no projeto proposto de maneira objetiva em 24 de março de 1908, ou seja: “Nós somos nacionalistas: por consequência preocupados com a saúde e o vigor de nossos elementos sociais. Nós somos realistas e, por consequência, corporativos: o Rei é o presidente nascido de todas as repúblicas profissionais ou locais, componentes da nação”⁵ (Maurras, 1908a, p. 1; tradução livre).

A República foi vista como sujeita a influências externas. Assim, seria a responsável pela fragilização das defesas nacionais, por partilhar, em Assembleia e entre diversos partidos, assuntos de soberania francesa. Logo, o Estado e a própria Igreja católica eram hostilizados por interesses que não corresponderiam aos anseios in-

ternos. A alternativa para sanar essa condição estaria no retorno às tradições, ou seja, na monarquia hereditária, onde se sagrava a qualidade dos ocupantes do poder pela permanência dinástica. Este pessimismo com o presente, buscando soluções supostamente situadas nos exemplos do passado, é característico do pensamento conservador, do qual o movimento de Charles Maurras era tributário.

Estas impressões políticas, apesar do pessimismo, foram coerentes ao processo de consolidação político-institucional dos países europeus do início do século XX. À medida que se sedimentavam, os Estados vinculados ao liberalismo político tinham como premissa a anulação dos privilégios provenientes do Antigo Regime, assim como o esforço por se lançar sobre uma nação única, ou pelo menos impor a hegemonia de uma etnia, enquanto modelo nacional, sobre as demais. Deste modo, afloraram os sentimentos de declínio, por parte das classes que perderam seus privilégios nobiliárquicos, assim como se percebeu a indisposição dos grupos que se viam como tradicionais, diante do esforço do Estado por absorver os indivíduos de origem judaica ao modelo de Estado-nação. O antissemitismo foi a fórmula encontrada para as camadas aristocráticas e segmentos conservadores explicarem os males que acreditavam acometer seus países (Arendt, 1989, p. 49). A nacionalização das minorias e a compreensão de igualdade formal tipicamente liberal anulavam as distinções de classe e de hereditariedade das camadas superiores da sociedade. O racismo, e especificamente o antissemitismo, foi o instrumento encontrado para demarcar as diferenças na busca por entancar a percepção de isonomia democrática (Anderson, 2008, p. 208-209).

Tal posicionamento ideológico de estruturação das camadas em grupos hereditários, portanto, excluiu o elemento judeu, culminando na monarquia orgânica, encontrado na *Action Française*, resistiu às crises econômicas e convulsões políticas imediatas à I Guerra Mundial. Talvez a alteração mais sensível tenha sido a crescente preocupação com o avanço do socialismo, que deixou de ser apenas ameaça representada por partidos políticos e passou a se consolidar em projetos revolucionários de sucessos efêmeros na Europa central, porém bastante concretos para a vizinha França, inspirados pela Revolução Russa. A revolta espartaquista⁶ na Alemanha e a experiência de Bela Kuhn⁷ na Hungria foram registradas com apreensão no periódico francês, com

⁴ “Encore faut il que la société obéisse elle-même à des règles Morales, groupées autour d’un idéal religieux, comme des avenues partant d’un même centre. La nationalité dépend de la famille, et la famille est associée à l’Etat.”

⁵ “Nous sommes nationalistes: par conséquent préoccupés de la santé, de la vigueur de nos éléments sociaux. Nous sommes royalistes et pour conséquent, syndicaux: le Roi est le président né de tous les républiques professionnelles ou locales dont se composent la nation.”

⁶ A revolta espartaquista (1919) foi a tentativa de proclamação de uma República socialista na Alemanha, após a derrota na I Guerra Mundial. Karl Liebknecht e Rosa de Luxemburgo, então líderes do movimento, eram provenientes da ala mais radical do Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD). Da Liga Espartaquista foi criado o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Em janeiro de 1919, ocorreu a “semana vermelha”, com uma série de greves e insurreições. Iniciado em Berlim, o movimento se estendeu por diversas regiões, no entanto foi reprimido pelas forças do exército e voluntários monarquistas. Em janeiro de 1919, Karl Liebknecht e Rosa de Luxemburgo foram executados por brigadas paramilitares (*Freikorps*). (Miranda, in Silva et al., 2004, p. 256-257).

⁷ Bela Kuhn (1886-1938) foi líder da Revolução Comunista na Hungria durante o ano de 1919. Após a experiência de Kuhn, a Hungria vivenciou uma escalada à extrema-direita, inaugurada pelo general Horty.

destaque aos textos de Jacques Bainville, jornalista convertido ao monarquismo durante o Caso Dreyfus.

Assim, nos finais de março de 1919, em lugar de dar espaço à formação dos *Fasci de Combattimento*, ocorrida no dia 23 daquele mês, as páginas do *Action Française* registravam que a Hungria passava para o domínio comunista, e declarava aliança à Rússia bolchevique no intuito de combater a burguesia tcheca e os proprietários rurais romenos (J.B., 1919, p. 1). Em mesmo número, na coluna “*Dernière Heure*”, havia a preocupação com a intensificação da propaganda bolchevique na Alemanha e a inserção das doutrinas comunistas através de escolas e comitês de formação político-partidária. As referências à Itália eram de baixa relevância, em vista dos acontecimentos na Europa central e nas fronteiras próximas à França. Em mesma coluna, porém do dia 27 de março, sob o título “*La Hongrie bolcheviste*”, dava-se destaque às forças armadas proletárias húngaras, formação revolucionária que suplantaria o exército tradicional. Esta organização militar se chamaria “exército vermelho”, recrutada dentre as fileiras do operariado (L’Action FRANÇAISE, 1919, p. 2).

A primeira menção ao conhecimento das formações fascistas não se fez em 1919. Todavia, a Marcha sobre Roma será percebida com simpatia por Charles Maurras e companheiros. Deste modo, faz-se necessário passar em revista o processo de emergência do fascismo, para se compreender os divisores comuns estabelecidos pela *Action Française*, sem que esta fosse absorvida ou se transformasse em uma célula fascista francesa.

O fascismo italiano e sua recepção pela *Action Française* em 1922

O fascismo, como ideologia e movimento, exige esforço analítico diante da dificuldade de abordagem sistemática das doutrinas e de sua configuração em diferentes fases. Isso é resultado da inexistência de um arcabouço ideológico coerente e unificado (Payne, 1979, p. 28), tal como o socialismo ou o liberalismo, por exemplo. O fascismo é compreendido, portanto, como fenômeno supranacional, desprovido de matriz única, unidade ideológica ou força mobilizadora comum. Sua ausência de unidade impediu, e impede, de ser um modelo universal, ou ocorrer uma internacional fascista, tal como houve no caso socialista (Gentile, 2002, p. 74). Em função de uma base razoavelmente coerente de apropriações e influências, porém, perceberam-se análises que contribuíram para o campo conceitual.

Roger Griffin busca se posicionar em estudos contemporâneos de forma alternativa às leituras marxistas

a respeito da formação e ascensão do fascismo. Em outros termos, o historiador britânico rejeita a interpretação de que o fascismo seria uma reação ao socialismo, alimentada por uma burguesia amedrontada, que utilizava o extremismo de direita como forma de acelerar o capitalismo, potencializando a luta de classes, entendimento dado pelo materialismo histórico para explicar o fenômeno em sua ascensão (Togliatti, 1978, p. 14). De outra forma, o nazismo é apresentado como uma cultura política que buscou a regeneração da comunidade nacional diante do esgotamento do período liberal (Griffin, in Griffin *et al.*, 2014, p. 40-41).

Sternhell, Snajder e Asheri (1994, p. 3), de modo similar a Griffin, buscam contornar a luta de classes como mecanismo de compreensão da formação e desenvolvimento do fascismo. Entendem o fascismo como um fenômeno cultural, antes de ser uma potencialidade política. *Grosso modo*, os autores entendem a concepção do fascismo a partir da associação das propostas sociais contempladas no sindicalismo revolucionário de Sorel, com o nacionalismo extremado de Charles Maurras, em contato com a *Action Française* (Sternhell *et al.*, 1994, p. 80). Assim, o nacionalismo biológico e o determinismo cultural presentes no fascismo, em suas versões alemã e italiana, estavam presentes no século XIX e início do XX em autores como Maurice Barrès, Édouard Drumont e Charles Maurras (Sternhell *et al.*, 1994, p. 9).

A partir deste viés analítico, o fascismo estaria concebido como anterior à Primeira Guerra Mundial. Este desvio em seus exames é decorrente da ênfase dada à doutrina, às bases de formação intelectual e aos elementos culturais, em detrimento da consideração do fascismo enquanto fenômeno de massas. A Grande Guerra foi fundamental para ocorrer a politização das massas, e, sem esta, talvez o fascismo existisse apenas como elemento residual, entre as experiências autoritárias ao longo do século XX (Mann, 2008, p. 21; Paxton, 2007, p. 57-58).

Os aspectos morais estiveram presentes entre as locuções fascistas, e entendiam o Estado como gerador do “Homem Novo”, conforme expectativas de intenções totalitárias (Segrillo, 2006). Todavia, estes não devem ser analisados isoladamente, sob pena de dedicar maior relevo aos aspectos intelectuais e aos “valores espirituais”, e assim, sujeitando as análises a possíveis anacronismos; ou atribuir ao fascismo associação ao conservadorismo, o qual repudiava. Segundo Michael Mann (in Parada, 2008, p. 31), os conservadores e sua concepção de harmonia orgânica que regulava a ordem social eram tão detestáveis aos fascistas quanto os liberais, por acreditarem que a disputa política regularia as instâncias democráticas. Igualmente odiadas eram as noções socialistas onde a luta de classes e a derrubada do capitalismo poderiam resultar na paz social, através da igualdade econômica.

Embora investissem no nacionalismo, tal como os conservadores, a contrapelo destes os fascistas formaram movimento político e social novo, em vista da forte adesão de propostas modernistas. Por lançarem mão extensivamente do aparato policial repressivo, as propostas de organização social, controle e mobilização permanente da sociedade, pela figura carismática do líder em torno do Estado, o fascismo foi percebido como fenômeno inédito e historicamente possível somente após a I Guerra Mundial (Gentile, 2002, p. 78).

Todavia, as concepções totalitárias desejadas ao Estado fascista italiano eram pouco precisas, tal como boa parte do conjunto doutrinário do movimento. Pannunzio, Rocco e Gentile, teóricos do fascismo e fornecedores da ossatura jurídico-política do corporativismo durante o regime, não propunham o controle do Estado sobre as instituições, mas reservavam a este o papel decisivo na resolução de conflitos. Desta premissa saíria a configuração de um “Estado tutor”, mais robusto que o presenciado no modelo liberal, na busca pelo desenvolvimento de uma nova moral e na formação do “Homem Novo” fascista (Payne, 1979, p. 48).

Apesar das bases pouco objetivas, devido à ênfase no caráter imediato e pragmático do fascismo, é possível estabelecer apontamentos ideológicos e perfil de formação e consolidação dos movimentos e regimes fascistas. O procedimento é fundamental, pois assim será possível estabelecer parâmetros de contato e distanciamento entre os movimentos e concepções conservadoras, com destaque à *Action Française*.

Em ambos se sublinhava a importância do Estado e da sociedade orgânica. George Valois, membro do movimento francês, afirmava em 1922 que o sindicato dos trabalhadores era uma necessidade e que seria, portanto, importante a organização do renascimento do sindicalismo operário, livre das ações dos políticos e dos intelectuais burgueses (Valois, 1922, p. 3). De fato, tal concepção era uma entre os projetos e interpretações políticas em disputas no interior da *Action Française*, todavia, forneceu ferramentas para a composição do modelo de monarquismo orgânico, através de bases sindicais, com a possibilidade de inclusão das camadas operárias no projeto de Estado desenhado, apesar do baixo potencial de mobilização desejado pelo movimento.

No caso do fascismo, com ênfase ao italiano, as contribuições do sindicalismo revolucionário foram cruciais para dotá-lo de ação direta e embasada sobre o potencial da violência com finalidades políticas. A partir

deste aspecto, houve a possibilidade de arregimentar membros provenientes dos setores mais modestos entre os proprietários rurais. Por outro lado, Mann (2008, p. 26) apontou que, se no fascismo italiano o corporativismo foi evidente, na experiência nazista desenvolveu-se um modelo ditatorial mais fluido e “policrático”. Em ambos os casos, a diversidade étnica (na Alemanha) e cultural (na Itália) eram repudiadas por supostamente ameaçar a unidade orgânica inscrita naquela proposta de nacionalismo (Mann, 2008, p. 26-27), elementos também encontrados entre os projetos conservadores, conforme percebido no antissemitismo da *Action Française*. Em via oposta, um aspecto que inviabiliza o entendimento do fascismo como conservador é a sua forma de mobilização e a origem da extração de adeptos e militantes. Por se constituir de “baixo para cima” e ter a violência como um dos eixos de sua doutrina, corporificada nas organizações paramilitares desde a origem, o fascismo se distancia do elitismo conservador (Mann, 2008, p. 31), apesar da *Action Française*, posteriormente, investir com relativo sucesso na violência através dos *Camelots du Roi*.

A *Marcha sobre Roma* foi a prova de fogo para o tensionamento e a capacidade do conservadorismo receber com simpatia a experiência fascista no interior das fileiras e da doutrina da *Action Française*. Ocorrida a 28 de outubro de 1922, a ação fascista repercutiu imediatamente na organização dos *Camelots du Roi*. O agrupamento composto de estudantes dedicados a vender periódicos do movimento e difundir a doutrina da *Action Française* passou por uma tentativa de conversão voltada para a ação mais enérgica, conforme evidenciou Léon Daudet em relação ao chamado de recrutamento aos *Camelots du Roi*, um dia após a marcha dos fascistas, quando destacava o colapso da democracia e da esquerda, contrapondo-o ao “amanhecer radiante da monarquia”⁸ (Daudet, 1922, p. 1; tradução livre). E seguia a convocação: “Estes patriotas devem estar convencidos que nossas organizações – mais poderosas hoje que às vésperas da guerra – respondem a todas as situações e a todas as necessidades. Eu vos conto rapidamente, *trata-se de um organismo de ação*” (DAUDET, 1922, p. 1; tradução livre)⁹. Logo, o aspecto marcial, dinâmico e pragmático é destacado.

Por outro lado, a recepção ao fascismo não foi passiva. Dentre as colunas do periódico conservador, o movimento de Mussolini era constantemente alinhado ao reacionarismo, e salientava-se a aprovação da monarquia italiana como condição para o fascismo se manter no poder. Em coluna criada para acompanhar a crise

⁸ “La gauche s’effondre, la démocratie s’effrite. L’aube radieuse de la monarchie apparaît.”

⁹ “Ces patriotes doivent être bien convaincus que nos organisations – plus puissantes désormais qu’elles ne l’étaient à la veille de la guerre – répondent à tous les situations et à tous les besoins. Je les dénombrerai rapidement, en spécifiant qu’il ne s’agit ici que d’organisme d’action” (grifo do original).

institucional italiana, antes da ascensão de Mussolini, o fascismo foi interpretado como contrarrevolucionário, e com a possibilidade de ser objeto de simpatia em vista da similaridade de alvos, como o comunismo (*L'Action Française*, 1922, p. 2). Tal interpretação acerca do fascismo se manteve para além dos primeiros meses de governo. O pseudônimo Aventino (1923, p. 2) atribuía ao fascismo a revolução puramente na esfera moral e política, na busca pela manutenção da ordem. Assim, a revolução fascista seria, basicamente, a necessidade de combater as mudanças que poderiam ameaçar a estabilidade, para zelar pela ampliação das qualidades da nação italiana. Deste modo, as características revolucionárias foram domesticadas e acomodadas ao conservadorismo típico do autor.

Consonante a isso, a permanência da monarquia no poder fez do fascismo algo como a concretização parcial dos projetos ambicionados por Maurras e seu movimento. O modelo corporativo, o combate ao comunismo e ao liberalismo faziam do fascismo a projeção futura da *Action Française*, com possibilidade de organização da proposta de uma civilização mediterrânea ou mesmo latina (Maurras, 1923, p. 1). Portanto, para além da interpretação da manutenção da Monarquia italiana, da aversão à democracia, assim como da interpretação do fascismo como reacionário, a simpatia da *Action Française* se direcionava aos projetos de Mussolini articulados ao Mediterrâneo e ao relevo dado à Itália enquanto nação latina. É através deste discurso que o sucesso do fascismo é explicado pela *Action Française*, conjugado à força e sabedoria de seu chefe, características comuns aos países latinos, segundo Léon Daudet (1922, p. 1). Desta forma, era possível vincular a latinidade à geopolítica, e projetá-la como potência dentro do tabuleiro de forças internacionais, haja visto o sentimento de decadência associado à França (Dard, 2017, p. 3).

Apesar do esforço lançado pela *Action Française* por apresentar similaridades com o fascismo, Rémond (1999, p. 203) expõe o equilíbrio instável existente na tentativa de aproximação. Por um lado, o prestígio à razão de Estado, o nacionalismo extremado e o primado da força em detrimento do pensamento iluminista eram elementos de aproximação. Porém, o distanciamento era notório quando Maurras apontava como elementos fundamentais de sua doutrina a contrarrevolução, a hierarquia dada como natural e parte da tradição, assim como sua desconfiança da participação das massas na política.

Evidentemente, tais aspectos contraditórios não representaram obstáculos a declarações de apoio ao fascis-

mo quando este se impunha sobre o comunismo e demais partidos de esquerda. Ainda no processo de consolidação do poder, após a Marcha sobre Roma, Aventino (1922, p. 2; tradução livre) informava com escárnio que os fascistas “se limitaram a invadir as redações dos órgãos antinacionais e queimar sua literatura em conjunto com mesas e cadeiras velhas. Eu imagino que os comunistas fossem mais ferozes em circunstâncias análogas.”¹⁰

Todavia, o apoio ao fascismo não se fez de maneira incondicional à ideologia, tratando com indiferença as nacionalidades dos movimentos que ascendessem ao poder, e isso ficou evidente na forma de abordar Hitler e os nazistas. Conforme dito anteriormente, o apoio da *Action Française* foi condicionado em grande medida pelo formato corporativo e pela preservação da monarquia, assim como o esforço de perceber o fascismo como reacionário, aproximando-o desta forma ao movimento de Charles Maurras. Além desses elementos, a latinidade foi um aspecto crucial para a simpatia dos conservadores franceses pelo extremismo de direita italiano. Por outro lado, o antigermanismo dos primeiros anos continuou atuante na *Action Française* durante as décadas de 1920 e 1930.

Um outro aspecto, interno aos movimentos fascistas, que deve ser salientado é o nacionalismo extremado, impedimento à adesão, unidade ou aliança imediata em nível internacional. Portanto, a conversão do fascismo em item de exportação não foi recebida de forma positiva pelos italianos. Ainda em 1934 Mussolini percebia o nazismo como concorrente potencial pela hegemonia ideológica do continente, convencendo-se somente em 1937 que um pacto entre Itália e Alemanha traria mais benefícios que uma relação de competitividade (Payne, 1979, p. 54). Deste modo, a simpatia, adesão ou alianças não estiveram isentas de condicionantes tanto entre o movimento conservador francês para com os fascismos quanto entre os próprios fascismos.

A *Action Française* e o nazismo

Hitler e o nazismo passaram a ser abordados com maior incidência após o *Putsch* de Munique, onde ficou notória para os conservadores franceses a fragilidade da República de Weimar. Na coluna “*Dernière Heure*” era perguntado se o que ocorria era um golpe de Estado. O fato foi narrado nesta coluna, inicialmente, como uma manifestação patriótica contra o marxismo. Todavia, a cerimônia não foi concluída, pois o “chefe nacionalista

¹⁰ “On s'est contenté d' envahir les redactions des organes antinationaux et de brûler leus litterature en compagnie de quelques vieilles tables et chaises. J'imagine que les communistes eussent été plus feroes em analogue circonstance.”

¹¹ “M. de Khar venait de terminer son discours lorsque le chef des naciolaistes Hitler a penetre dans la salle à la tête de 600 hommes et a declare que le gouvernement etait reversé.”

Hitler penetrou na sala à frente de 600 homens e declarou que o governo se encerrava ali¹¹ (*L'Action Française*, 1923, p. 3; tradução livre). Consolidado o golpe, como novos ocupantes dos postos de liderança estariam o general Ludendorff, agora chefe supremo e o próprio Hitler como conselheiro político. Ao contrário do esperado, o *Putsch* resultou na rendição do general, e na fuga, seguida de prisão, de Hitler. Tais instabilidades confirmariam para a *Action Française* que a democracia e o socialismo operavam em consórcio para a fragmentação do Estado, e a Alemanha era o exemplo disso. O nacional-socialismo passou a ter maior presença entre as páginas do periódico a partir do fracasso de Munique.

Nos 25 pontos presentes no programa de fundação do nazismo havia o combate às grandes empresas, ao latifúndio, às instituições financeiras, e a inclinação à nacionalização industrial (Payne, 1979, p. 34). O nacional-socialismo foi o desdobramento de radicalismos multiformes existentes entre os finais do século XIX e início do XX; portanto, não era o único representante das correntes de extrema-direita na Alemanha. De modo similar ao fascismo italiano, o congêneres alemão era contrário ao racionalismo iluminista, ao conservadorismo, ao liberalismo e ao marxismo, com avaliação positiva da violência. Todavia, isso não impediu que ambos negociassem com as elites políticas e econômicas para alcançarem o poder (Payne, 1979, p. 35).

Hitler não foi percebido com o mesmo entusiasmo que Mussolini pela *Action Française*. Jacques Bainville (1933, p. 1) compreendeu o chanceler alemão como um espantinho dos magnatas que financiaram sua campanha. Apesar de Hitler enfatizar, em suas propostas de governo, bases importantes ao conservadorismo francês, tais como a proteção do cristianismo e os valores morais da família (*L'Action Française*, 1933, p. 2), sua atuação era vista como pouco original, pois “Hitler não é sem dúvida Júlio César, nem Bonaparte, nem Bismarck, nem Mussolini” (J. B., 1933a, p. 1). Afirmava-se que os pontos relevantes de suas propostas políticas e econômicas estavam presentes ora em Stalin, ora em Mussolini, não passando de uma imitação inferior desse último (J. B., 1933b, p. 1).

Se, no exterior, Hitler não era unanimidade, o fanatismo e a adoração ao Führer também não eram partilhados pela maioria da população alemã. Em sua trajetória ao poder Hitler encontrou acolhida entre seus financiadores capitalistas pelas suas iniciativas de repressão aos movimentos de esquerda e pela regressão do desemprego, e não pelos rituais e cerimônias que

envolviam gritos de guerra, braços estendidos e marchas uniformizadas. Isso fica em evidência quando se percebe a complexidade de interesses de grupos distintos no interior do governo nazista. Kershaw (1993, p. 112) destaca dentre esses grupos de pressão no interior do regime: o próprio movimento nazista, a administração estatal, o exército, o grande empresariado e a polícia. Portanto, a hegemonia do nazismo se fez sustentada por estes personagens, tão somente enquanto seus interesses foram atendidos, ou encontravam no nazismo seu porto seguro. Por outro lado, o sucesso do nazismo, segundo Ian Kershaw (1993, p. 93), consistiu justamente na obstrução de canais alternativos de informação, e no progressivo monopólio dos veículos de propaganda e comunicação pelo partido.

Isso é confirmado por Bainville (J. B., 1933c, p. 1), em uma das poucas passagens elogiosas a Hitler. Trata-se da narração da ofensiva contra a socialdemocracia e o marxismo, ao cumprir seu programa de política interior. Porém, o chanceler era acusado de comunicar-se como chefe de partido, e não como líder de governo que era (*L'Action Française*, 1933a, p. 2). Este era o curso da intenção totalitária, de eliminação de alternativas políticas, através da imposição do partido único, e assim não haveria distinção entre falar à nação ou aos seus correligionários.

Ao explicar a teoria totalitária de Carl Schmitt¹², dizia Franz Neumann (1983, p. 70) que, enquanto a totalidade romana era quantitativa, a germânica se fazia qualitativa. No projeto alemão não havia o interesse de ampliar o Estado de maneira horizontal à vida de todos os cidadãos dentro e fora do país, como Mussolini o fez, mas se exigiam o pleno controle político e a subordinação dos interesses econômicos à esfera estatal. Apesar das distinções de análise acerca do comportamento do regime em relação às alianças com as elites política e econômica tradicionais, Ernst Nolte é consonante em relação às bases das intenções totalitárias de Hitler. Assim, segundo os juristas do Reich, o poder do Führer seria a emanção da vontade do povo e, portanto, a corporificação da ideia objetiva da nação. A autoridade seria indivisível e seu poder ilimitado diante da ligação dos destinos e da missão perante o povo (Nolte, 2011, p. 339).

Conforme apontado no início do artigo, os intelectuais possuem nuances em relação a posições políticas. Ainda que participantes de um movimento e integrantes do órgão de informação e doutrinação, as dissidências poderiam ocorrer, dado que a sociabilidade não implica, necessariamente, a harmonia e concordância absoluta. Maurras sustentou sua posição antigermânica, tal como

¹² Carl Schmitt (1888-1985) foi professor universitário ligado aos meios católicos durante a República de Weimar (1918-1933), alcançando-se à posição de jurista e conselheiro institucional ao fim do regime. Acreditava que, através das democracias modernas, o liberalismo apresentava-se ilusório, em virtude dos direitos abstratos. Com a ascensão de Hitler ao poder, tornou-se colaborador dos nazistas, chegando a filiar-se ao partido em 1933 (Ferreira, in Silva et al., 2000, p. 410-411).

Bainville, mas Daudet percebia pontos positivos no regime de Hitler e mesmo no experimento russo. O elo estava mantido na consonância ao projeto de monarquia orgânica e do Estado forte. Deste modo, Daudet (1933a, p. 1) percebia nova configuração de regimes políticos, alterando a força das democracias parlamentares no globo. Dentro dessa nova ordem estariam Itália, Alemanha e Rússia, fazendo frente aos modelos conservados em França, Inglaterra e Estados Unidos. Indo além, Daudet (1933b, p. 1; tradução livre) reforçou o poder hitlerista, ao lançar a hipótese de que, se o Caso Dreyfus ocorresse na Alemanha, não haveria um minuto de hesitação “em aniquilar cem mil judeus, se Hitler desse a ordem”.¹³

Se Daudet a naturalizava, Bainville (1933d, p. 1), por sua vez, via com espanto a violência aplicada aos judeus pelos nazistas. Antes da famigerada Noite dos Cristais de 1938, já havia a crítica à depredação e pilhagem das lojas dos judeus. Condenava-se também o recurso aos pogroms. Portanto, a sociabilidade, tal como a cultura política existente e compartilhada entre os membros da *Action Française*, possuía elementos internos heterogêneos e, por vezes, conflitantes, sem que com isso resultasse em rupturas.

Incômodo comum entre os membros do movimento francês era a concorrência entre a liturgia nazista e a cristã, com interesse da primeira em fundar uma religião cívica, acompanhada do armamentismo robusto e nítido da Alemanha, em detrimento da fragilidade francesa, em meio às crises internas. Havia a percepção de que Hitler mobilizava a indústria bélica para um novo conflito. Deste modo, as opiniões iniciais que retratavam Hitler como fraco, medíocre e fantoche foram alteradas, percebendo-o como “über-Bismarck” (Daudet, 1933c, p. 1), acompanhadas do temor dos desdobramentos de projetos políticos germânicos nacionais e externos. Tais posturas foram confirmadas com a invasão de Paris em 1940 pelas tropas nazistas.

Do nacionalismo integral ao colaboracionismo de Vichy

O final da década de 1930 foi cenário da retração da participação da França na balança geopolítica do continente europeu. Crises econômicas e políticas internas e a progressão do potencial ofensivo da Alemanha fizeram a ideia de uma ditadura ou governo de “salvação nacional” ganhar adesão não apenas dos setores tradicionalmente de extrema-direita. Propostas antidemocráticas se expandiram para além dos setores tradicionalmente extremistas e/ou conservadores.

A crise se ampliava diante do temor exacerbado do socialismo soviético, igualando-o às instabilidades oferecidas

pelas investidas nazistas. Como forma de equilibrar a perda de força, politicamente a estratégia de simpatia a Mussolini era vista de modo geral como alternativa. Paradoxalmente, o temor do crescimento do socialismo e do nazismo foi acompanhado da migração de projetos políticos e configurações de movimentos protofascistas para a aproximação ao fascismo (Rémond, 1999, p. 197). A simpatia ao fascismo italiano não deve ser vista como oportunismo político, mas como aliança para a projeção do modelo mais desejado e possível, assim como o investimento em construir uma civilização latina no pós-II Guerra. Esse projeto foi alimentado por Maurras e seus correligionários (Weber, 1985, p. 462).

No caso da *Action Française*, o nacionalismo extremo trouxe o erro de cálculo sobre a disposição das forças em conflito durante a II Guerra Mundial. Daudet afirmou, três dias depois da invasão da França, em 13 de maio de 1940, que a queda da Alemanha era certa, e o resultado disso, tal como em 1918, seria sua decomposição. Apostava também em uma guerra de curta duração (Daudet, 1940, p. 1), errando em suas previsões. A esperança de vitória resultou em surpresa por parte de Delebecque (1940, p. 1), quando Mussolini se lançou na guerra ao lado de Hitler (aliança em gestação desde os finais dos anos 1930), qualificando como erro a atitude italiana.

Durante a invasão nazista, as censuras esporádicas do início do enfrentamento passaram a ser frequentes, o que inibia a regularidade do periódico em relação ao número de páginas e, posteriormente, à frequência de lançamento de seus números. O rigor das condições oferecidas forçou a migração de todo o processo de edição e impressão de Paris para Limoges, em 10 de junho. Tal informe foi dado por Maurice Pujo (1940, p. 1-2), redator chefe do *Action Française*, onde já previa o êxodo dos jornais da capital para o interior, porém, não poderia supor que seria em decorrência do bombardeio aéreo de Paris por forças nazistas. No número em que escrevia (de 19 de junho a 1 de julho), a rendição da França era encaminhada, com a assinatura do armistício em 22 de junho inaugurando a República colaboracionista de Vichy.

A ocupação teve como consequência não somente o inconveniente do deslocamento completo do jornal, mas também a interdição da organização e seus braços como a *Ligue d'Action Française*. Mesmos nas zonas livres, as seções eram privadas da liberdade vislumbrada em situação anterior. De um modo ou de outro, o contato e o trânsito de informações foram dificultados de maneira sem precedentes (Weber, 1985, p. 501).

Consolidada a rendição da França, a postura do movimento do periódico se alterou. É perceptível a abdi-

¹³ Aussi, je pense pas une minute que dans l'éréthisme où est l'Allemagne, elle hésiterait une minute à égorger cent mille Juifs, si Hitler lui en donnait l'ordre, [...].”

cação ou, na melhor das hipóteses, o arrefecimento da proposta de monarquia orgânica, católica e antirrepublicana, para a adesão ao Governo de Vichy e apoio incondicional ao seu líder. Isso foi apresentado por Charles Maurras (1940, p. 2; tradução livre), quando não apontou “outro caminho que a unidade nacional em torno do marechal Pétain e seus colaboradores”¹⁴. A *Action Française* ofereceu mais que o sincero apoio e a declaração de simpatia. No governo do marechal estiveram presentes alguns nomes vinculados ao movimento como responsáveis pelo discurso de Pétain ou organizando sua agenda, além de postos secundários dentro da administração de Vichy (Weber, 1985, p. 487), de modo a ocuparem o poder sem a necessidade da Monarquia Corporativa original dos primeiros anos do movimento.

Considerações finais

O conservadorismo pode se firmar como profundamente pragmático, a tal ponto de ser inviável o diálogo com elementos estrangeiros, diante dos laços estabelecidos com a tradição histórica nacional. Assim, afirma-se orgulhosamente diante da solidez das instituições, ou no intuito de recuperar o passado glorioso. Por outro lado, é necessário que o conjunto simbólico e identitário, que os modelos do passado e projetos políticos correspondam às perguntas contemporâneas a cada geração. Logo, a cultura política se estabelece em um equilíbrio tênue entre os valores originais construídos pela primeira geração e as atualizações exigidas para se manter viva.

Passadas pouco mais de três décadas, o periódico da *Action Française* experimentou esta prova de fogo, com tensionamentos decorrentes da I Guerra Mundial e da crise de 1929, assim como sucessões de crises políticas específicas à França. Porém, seu projeto orgânico de sociedade e disposição política, o desejo de um Estado forte e centralizado construíram bases protofascistas que funcionaram como condutores para a recepção simpática da experiência de Mussolini no poder, porém, de forma traumática após a invasão de Hitler e a rendição, inaugurando o colaboracionismo de Vichy. Apesar do constrangimento por reconhecer a derrota, os membros da *Action Française* prontamente se posicionaram favoráveis a Pétain e seu governo satélite dos nazistas, apesar do antigermanismo de parte relevante de Maurras e seus correligionários.

Assim, percebe-se que a *Action Française* não foi o fascismo em si, como pensou Sternhell, mas preparou bases teóricas e doutrinárias para que este se desenvolves-

se, justamente por não possuir a mobilização de massas e a capilaridade exigida pelos *fasci de combattimento*. A violência também não se manifestou como ferramenta política efetiva entre os franceses como se fez nos camisas negras italianos. Mas o investimento na latinidade ou em uma civilização do Mediterrâneo, alimentado por Maurras, as propostas corporativas e de Estado centralizado contribuíram para a aproximação da *Action Française* ao fascismo italiano, sem que houvesse a mesma habilitação do nazismo espontaneamente.

Referências

- ANDERSON, B. 2008. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras. 330 p.
- ARENDT, H. 1989. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras. 562 p.
- BERSTEIN, S. 1998. A cultura política. In: J.-P. RIOUX; J.-F. SIRENELLI, *Para uma História Cultural*. Lisboa, Editorial Estampa. p. 349-363.
- CAVALETTO, A. 2013. La monarchie imaginée: sur le royalisme dans l'idéologie de l'Action Française. *Diacronie: studi di storia contemporanea*, 4(16):1-16
- DARD, O. 2017. Charles Maurras, le fascisme, la latinité et la Méditerranée. *Cahier de la Méditerranée*, 95:1-13.
- DOSSE, F. 2007. *La Marche de las Ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: Universitat de València. 327 p.
- FERREIRA, B. 2000. Carl Schmitt. In: F. SILVA; S. MEDEIROS; A. VIANNA, *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro, FAPERJ, Mauad. p. 409-411.
- GENTILE, E. 2002. *Fascismo: historia e interpretación*. Madrid, Alianza Editorial. 105 p.
- GRIFFIN, R. 2014. Fascism's new face (and new facelessness) in the post-fascist epoch. In: R. GRIFFIN; W. LOH; A. UMLAND (org.), *Fascism past and present, West and East: an International debate on concepts and cases in the comparative study on the Extreme Right*. Stuttgart, ibidem-Verlag. p. 29-68.
- JOLY, L. 2012-2014. D'une guerre l'autre : L'Action Française et les Juifs, de l'Union Sacrée a la revolution nationale (1914-1944). *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 59:7-124.
- KERSHAW, I. 1993. *Hitler: Um perfil do poder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 251 p.
- MANN, M. 2008. *Fascistas*. Rio de Janeiro, Record. 129 p.
- MANN, M. 2008. A ascensão e queda do Fascismo. In: M. PARADA (org.), *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro, Mauad X. p. 29-44.
- MIRANDA, M. Espartaquistas. 2004. In: F. SILVA et al., *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Elsevier. p. 256-257.
- MOTTA, R. 2009. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: R. MOTTA (org.), *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, Argvmentvm. p. 13-37.
- NEUMANN, F. 1983. *Behemoth: pensamiento y acción en el nacional-*

¹⁴ “Nous n'avons d'autres chances que dans le maintien fier et fort de l'unité nationale incarnée par le marechal Pétain et ses collaborateurs.”

- socialismo. México D.F., Fondo de Cultura Económica. 583 p.
- NISBET, R. 1987. *O conservadorismo*. Lisboa, Editorial Estampa. 193 p.
- NOLTE, E. 2011. *La Guerra Civil europea, 1917-1945: nacionalsocialismo y bolchevismo*. México D.F., Impresora y Encuadernadora Progreso. 548 p.
- PAYNE, S. 1979. *El fascismo*. Madrid, Alianza Editorial. 134 p.
- PAXTON, R. 2007. *A anatomia do fascismo*. São Paulo, Paz e Terra. 420 p.
- RÉMOND, R. 1999. *Les droites en France*. Paris, Aubier. 544 p.
- SEGRILLO, A. 2006. O Fascismo como ‘totalizante’: uma (herética) tentativa de inflexão marxista em um conceito eminentemente liberal. *Intelector*, Rio de Janeiro, ano II, 2(4): 1-11.
- SILVA, H. 2002. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas, SP, Papirus. 159 p.
- SIRINELLI, J.-F. 1990. *Intellectuelles et passions françaises: manifestes e pétitions au XX siècle*. Paris, Librairie Arthème Fayard. 587 p.
- STERNHELL, Z. 1978. *La Droite Revolutionnaire – 1885-1914: Les origines françaises du fascisme*. Paris, Editions Seuil. 442 p.
- STERNHELL, Z.; SZNAJDER, M.; ASHERI, M. 1994. *The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. New Jersey, Princeton University Press. 338 p.
- TOGLIATTI, P. 1978. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 136 p.
- TRAVERSO, E. 2015. Interpretar o fascismo: sobre George L. Mosse, Zeev Sternhell e Emílio Gentile. In: S. QUADRAT; D. ROLLEMBERG (org.), *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV. Vol. I, p. 13-38.
- WEBER, E. 1985. *L'Action Française*. Paris, Librairie Arthème Fayard. 665 p.
- du nationalisme integral, Paris, ano XXXIII, nº 157, 5 jun.
- J. B. [Jacques Bainville]. 1919. Balkanisée, l'Europe centrale se sociétise. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XII, nº 83, 24 mar.
- J. B. [Jacques Bainville]. 1933a. L' 'En avant' du chancelier Hitler. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XXVI, nº 33, 3 fev.
- J. B. [Jacques Bainville]. 1933. Le conducteur conduit. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XXVI, nº 35, 4 fev.
- J. B. [Jacques Bainville]. 1933b. Hitler et ses premiers actes. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XXVI, nº 49, 18 fev.
- J. B. [Jacques Bainville]. 1933c. Hitler et le socialisme. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XXVI, nº 39, 8 fev.
- J. B. [Jacques Bainville]. 1933d. L'adieu au drapeau. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XXVI, nº 74, 15 mar.
- L'ACTION FRANÇAISE: organe du nationalisme integral. 1908. Paris, 21 mar.
- L'ACTION FRANÇAISE: organe du nationalisme integral. 1919. La Hongrie bolcheviste, Paris, ano XII, nº 86, 27 mar., p. 2.
- L'ACTION FRANÇAISE: organe du nationalisme integral. 1922. La crise italienne: Le fascisme, Paris, ano XV, nº 301, 28 out., p. 2.
- L'ACTION FRANÇAISE: organe du nationalisme integral. 1923. Est-ce le coup d'État – a Munich, Hitler annonce que Ludendorff prend le pouvoir, Paris, ano XVI, nº 312, 9 nov., p. 3.
- L'ACTION FRANÇAISE: organe du nationalisme integral. 1933. Adolf Hitler a parlé hier soir en public pour la première fois depuis qu'il est chancelier, Paris, ano XXVI, nº 42, 11 fev., p. 2.
- L'ACTION FRANÇAISE: organe du nationalisme integral. 1933a. La Politique allemand – la dissolution du Reichstag, Paris, ano XXVI, nº 33, 2 fev., p. 2.
- MAURRAS, C. 1908a. Le bien de tous. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano I, nº 4, 24 mar.
- MAURRAS, C. 1908. En cas de Revolution. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano I, nº 15, 4 abr.
- MAURRAS, C. 1916. *Quand les Français ne s'aimaient pas: chronique d'une Renaissance – 1895 – 1905*. 2ª ed. Paris, Nouvelle Librairie Nationale.
- MAURRAS, C. 1923. Politique: II Italie, Angleterre et Méditerranée. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XVI, nº 251, 9 set.
- MAURRAS, C. 1925. *Enquête sur la Monarchie*. 10ª ed. Paris, Nouvelle Librairie Nationale.
- MAURRAS, C. 1940. Une déclaration de Charles Maurras. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Limoges, ano XXXIII, nº 171, 19 jun - 1 jul.
- PUJO, M. 1940. La Quinzaine Tragique. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Limoges, ano XXXIII, nº 171, 19 jun - 1 jul.
- VALOIS, G. 1922. L'Economie nouvelle: appel aux ouvriers français et a tous les travailleurs salariés. *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, ano XV, nº 302, 29 out.

Submetido em: 11/08/2020

Aceito em: 09/12/2020